

Uma indústria vital: seleção, acompanhamento e *report* da cadeia de fornecedores a partir das normas de sustentabilidade

Alison Martins Meurer

<https://orcid.org/0000-0002-3704-933X> | E-mail: alisonmeurer@ufpr.br

Antonio Nadson Mascarenhas Souza

<https://orcid.org/0000-0001-7880-7531> | E-mail: nadson.mascarenhas@ufu.br

Resumo

Objetivo: O caso pretende desenvolver a capacidade dos estudantes de refletir e propor mecanismos de seleção, acompanhamento e *report* de fornecedores, observando as normas de sustentabilidade.

Método: Sugere-se a aplicação do caso em turmas de cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis e Administração, especialmente em disciplinas que abordem a temática de ESG, como Contabilidade Ambiental, Tópicos Contemporâneos, Relatórios ESG, Sustentabilidade, entre outras. O caso está estruturado em três aulas de 90 minutos cada e pode ser operacionalizado a partir de diferentes metodologias de ensino, tais como o *mood board*, vídeos, Padlet e construção de *reports*.

Resultados: Espera-se que os estudantes discutam a importância das organizações em manter sua boa reputação perante a sociedade com vistas ao desempenho de *Environmental, Social and Governance* (ESG). Além disso, o caso aborda a evidenciação de informações e a adoção da IFRS S1/CPBS 01, da IFRS S2/CPBS 02 e das normas GRI, e está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essas informações e divulgações são importantes, pois agregam valor ao negócio, e as discussões do caso posicionam o estudante em um ambiente em que os fornecedores tendem a seguir as regras rígidas referentes aos serviços e produtos que oferecem.

Contribuições: O caso fornece um olhar para a prática, com vistas a contribuir para a reflexão crítica dos estudantes sobre a complexidade e a relevância das decisões envolvendo aspectos ambientais e sociais na cadeia de fornecimento de produtos e a forma de reportar essas informações.

Palavras-chave: cadeia de fornecedores, ESG, normas de sustentabilidade.

1 Introdução

O dia parece começar estranho. O soar do despertador às 6h45 – que, em outros dias, alertava para levantar e realizar os 20 minutos de meditação matinal – hoje indicou que era hora de se arrumar mais cedo, revisar alguns materiais e tomar um café forte, pois, daqui a alguns minutos, seria o momento de ir rumo ao trabalho. Maquiando-se rapidamente em frente ao espelho, encontra-se Samanta, reflexiva, que sabia que tinha que se apressar, afinal já estava chegando a hora de sair de casa.

Minutos depois, sentada no banco traseiro de um carro da Uber, Samanta observa o movimento nas ruas de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina, enquanto percorre o caminho rumo à sede da Vital Indústria de Roupas e Acessórios. O dia cinza e chuvoso, apesar de comum para a cidade, reflete um pouco os sentimentos e pensamentos inseguros que passam pela cabeça da jovem de 29 anos, em plenas 8h. Em breve, estaria sentada em uma mesa de reunião diante do Conselho de Administração e da diretoria executiva da Vital Indústria de Roupas e Acessórios para discutir o processo de seleção e acompanhamento dos fornecedores da empresa.

Enquanto o carro avança rumo à empresa, Samanta relembra situações incômodas que assombram a organização desde 2012. Ter a Vital envolvida em uma operação vinculada à exposição de trabalhadores a situações degradantes fez com que a organização estivesse na mira do Ministério Público do Trabalho durante muito tempo e ficasse com sua reputação organizacional enfraquecidas. Desde então, há um esforço contínuo para a implementação de melhores práticas de gestão na companhia.

De fato, a empresa passa por novas implementações e revisões de suas práticas ESG (*Environmental, Social and Governance*) de forma mais intensa. Parte disso advém de uma busca por mudança cultural na empresa, com o intuito de ter uma atividade operacional mais sustentável. A atividade têxtil é marcada pelo alto consumo de recursos hídricos, pela poluição da água e do solo por resíduos químicos, e pelo elevado nível de emissões provenientes da sua cadeia produtora e de descarte. Outra parte das pressões externas é originada principalmente de contratos fechados com clientes europeus que exigem de seus fornecedores diretos e da cadeia *upstream* destes a observância de práticas voltadas ao relato e gerenciamento dos impactos ambientais.

Essas pressões já eram intensificadas com a publicação da Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), da IFRS S1 e da IFRS S2, em 2023. E a adoção gradual, a partir de 2027, da Corporate Sustainability Due Diligence Directive (CSDDD ou CS3D) pela União Europeia aumentou ainda mais a pressão sobre as empresas que atuam na Europa. A diretiva visa promover um comportamento corporativo sustentável e responsável, que visa abranger as cadeias de valor globais das empresas, e garantir a identificação dos impactos de suas atividades nos direitos humanos e ambientais ao redor do mundo. Embora a Vital Indústria de Roupas e Acessórios não se enquadre diretamente na CSDDD, seus clientes europeus estão sujeitos à diretiva e pressionam a empresa a se adequar a essas novas exigências, sob pena de rompimento de relações comerciais, e é este o ponto que mais preocupa Samanta. Samanta compreende que a adesão à CSDDD garantirá o estreitamento da confiança com seus clientes, um maior comprometimento dos seus colaboradores e o acesso a possíveis fontes de financiamento. As diretrizes da CSDDD são consideradas um reforço para a gestão de riscos corporativos e a resiliência organizacional. Além disso, facilitar a troca de informações e o cumprimento da CSDDD pelos clientes europeus da Vital fará com que a empresa mantenha em aberto um promissor mercado consumidor.

2 A História da Vital Indústria de Roupas e Acessórios

Para compreender mais a fundo as preocupações de Samanta, é preciso voltar no tempo e conhecer um pouco da história da Vital Indústria de Roupas e Acessórios. Em 1977, nasceu a Calças Bem Indústria de Roupas e Acessórios, em Jaraguá do Sul/SC, originalmente como uma pequena confecção integrada com uma loja de nome Calças Bem, focada na produção e comercialização de calças sociais. Com o passar dos anos e o sucesso das vendas de calças sociais, os fundadores da empresa, os irmãos Ribeiro, decidiram diversificar seu catálogo de produtos. Com uma equipe de 20 colaboradores em 1982, a Calças Bem começou a produzir em série não apenas calças sociais, mas bermudas, atendendo também ao mercado atacadista da região, com uma produção mensal de 3.500 peças.

A empresa continuou a evoluir e expandir sua área de atuação. O aumento do consumo de itens cíclicos fez com que em 1997 a empresa já contasse com 640 funcionários diretos em 1997. Seus produtos eram reconhecidos em todo o Brasil pela qualidade. Para refletir seu crescimento e sua diversificação, a indústria passou a ser denominada Vital Indústria de Roupas e Acessórios Ltda., em 1998, abandonando a restrição à produção de calças em seu nome.

Em 2003, para atender à crescente demanda e expandir estrategicamente, a Vital Indústria de Roupas e Acessórios inaugurou nova unidade produtiva em Brusque, Santa Catarina.

Investindo constantemente em inovação, a empresa adquiriu maquinários modernos importados da Itália em 2018, a fim de diminuir seus custos e aumentar a produtividade, solidificando sua posição como um dos parques fabris mais avançados do Brasil em seu segmento. Nesse mesmo ano, a empresa estabeleceu o Escritório de Inteligência de Mercado e Desenvolvimento de Produto em Jaraguá do Sul/SC, uma nova iniciativa focada em pesquisa de mercado e desenvolvimento de produtos mais sustentáveis. Em 2019, a Vital Indústria de Roupas e Acessórios alcançou outro marco importante, com a inauguração da primeira Loja Vital fora do Brasil, em Lisboa, Portugal. Isso marcou o início de um plano de expansão que previa a abertura de Lojas Vital em diferentes partes do mundo nos próximos dez anos.

Em continuidade ao seu processo de crescimento, em 2020, a Vital Indústria de Roupas e Acessórios se reorganizou como Vital Indústria de Roupas e Acessórios S/A, uma sociedade anônima que permitiu a captação de investidores e a abertura de capital para o ano de 2025. Essa nova etapa da empresa incluiu planos estratégicos de crescimento para a próxima década, nos quais a empresa se tornaria uma exportadora de roupas para outras marcas europeias, mantendo sua tradição de qualidade, inovação e brasilidade na composição e no *design* de seus produtos.

3 A Mancha desta História

Era agosto de 2012, quando a Operação Costura, derivada de um esforço conjunto entre o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU), a Polícia Federal (PF) e a Polícia Rodoviária Federal (PRF) realizou 222 inspeções, em 23 unidades da Federação, focadas em facções têxteis, nomenclatura que identifica empresas do ramo têxtil que prestam serviços exclusivos para outras empresas de confecções.

Essa operação resultou, somente no estado de Santa Catarina, no resgate de 650 trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão, que, segundo o Código Penal Brasileiro, representa “trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou seu preposto” (art. 149 do Código Penal – Decreto-Lei n.º 2.848, de 1940). Identificou-se que os empregados subcontratados (costureiras, revisores, auxiliares) eram submetidos a jornadas de trabalho que superavam 12 horas por dia; essas pessoas dormiam no local de trabalho, em condições insalubres e ambiente pouco arejado, compartilhado com baratas e ratos, e estruturado com instalações elétricas que facilitavam o risco de incêndio.

A ação soou como um escândalo nacional e, entre os principais parceiros produtivos dessas facções, estava a Vital Indústria de Roupas e Acessórios. Descobriu-se que a Vital chegava a remunerar as facções com valores equivalentes a R\$5 por peça produzida, visto que a matéria-prima era fornecida pela própria Vital, enquanto revendia essas peças por R\$220 no atacado e R\$650 no varejo.

Não bastasse esse problema com as unidades de facção (terceirização de costura) que integravam a cadeia de valor *upstream*, entre os colaboradores vinculados diretamente à fábrica da Vital em Jaraguá do Sul, surgiram denúncias de assédio moral, excesso de horas extras não remuneradas monetariamente e que compunham um banco de horas pouco utilizado. Também foi identificada a imposição para uso do banheiro em uma vez ao dia e limitado a cinco minutos.

Nessa época, Samanta era estagiária na Vital, havia ingressado na empresa há aproximadamente um ano. Sua proximidade com os colaboradores de diferentes setores e o fato de ser assistente de um dos diretores possibilitaram a ela visualizar o ocorrido sob diferentes perspectivas. Se, de um lado, colaboradores insatisfeitos ficaram horrorizados com os acontecimentos que vieram à tona, do outro, diretores que circulavam pelas salas do imponente setor administrativo e de gestão da Vital se mostravam apreensivos e preocupados com os efeitos das notícias e investigações vinculando a empresa às práticas de casos análogos à escravidão.

Naquele mesmo ano, Samanta integrou o grupo de trabalho de adequação das condições trabalhistas definidas no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a empresa. Esse foi um dos instrumentos que o MPT utilizou para tentar impedir a continuidade da situação de ilegalidade, reparar o dano ao direito coletivo e evitar a ação judicial.

O grupo de trabalho do qual Samanta fez parte implementou importantes mudanças na Vital e atuou em diferentes frentes. Foram estabelecidos critérios que observavam a legislação trabalhista para a seleção dos parceiros que atuam na cadeia de valor da empresa, em especial os fornecedores, além de campanhas internas visando ao aconselhamento das melhores práticas de trabalho. Alguns setores foram reestruturados, e supervisores envolvidos em casos de assédio moral foram demitidos. Por fim, uma equipe de endomarketing foi criada e, em 2017, somente cinco anos após o ocorrido, a empresa já figurava em alguns *rankings* de melhores empresas para se trabalhar, como no Great Place To Work (GPTW) e no Guia VOCÊ S/A – As Melhores Empresas, auxiliando na minimização dos efeitos ocorridos na reputação da Vital.

Essa experiência, somada a outros resultados positivos alcançados pela profissional, fez com que Samanta atuasse em diferentes setores da Vital e viesse a ocupar o cargo atual do comitê não estatutário de ESG criado inicialmente para a implementação do GRI na empresa. Samanta possui consciência de que questões relacionadas ao ESG da empresa são estratégicas e fazem parte do modelo de negócio da companhia. Afinal, como esquecer os contratos rompidos pelos clientes e a pressão que os diferentes *stakeholders* exerceram sobre a empresa em 2012? Como ignorar o esforço amplo promovido na Vital para reverter os efeitos negativos do envolvimento da empresa na Operação Costura? Desta vez, era necessário se antecipar às demandas dos clientes, da sociedade e de investidores, e a Vital não poderia falhar.

4 Hora da Reunião e um Dilema

Sr. Ribeiro, sentado ao lado de Samanta, iniciou a reunião do Conselho de Administração indicando que o foco do encontro seria a discussão das ações do Comitê de ESG, destacando: “O ano de 2023 certamente nos mostrou que estamos estrategicamente posicionados como uma das empresas mais resilientes do Brasil, que aproveita as oportunidades e se destaca na superação de desafios [...]”. Seu discurso continua abordando pontos estratégicos para a empresa no ano de 2023, que acabara de se encerrar.

A fala do presidente do Conselho de Administração prossegue sendo ouvida atentamente pelos 11 integrantes presentes, entre eles: três membros independentes, um representante dos empregados e seis conselheiros indicados pelo acionista controlador. Também participam, como convidados, o diretor executivo de Finanças e Relações com Investidores, o diretor executivo de Produção, o diretor executivo de Investimentos e o diretor executivo da Área Comercial e Logística, que prestam esclarecimentos técnicos sobre os temas em pauta. A reunião conta ainda com a presença do presidente do Comitê de Auditoria e de Samanta – presidente do Comitê de ESG e assessora da presidência, a única mulher na sala.

O Comitê de ESG é composto por 15 executivos da Vital, estrutura vigente desde junho de 2022, quando foi fundado e aprovado pelo Conselho de Administração. Por finalidade, o Comitê é responsável por deliberar sobre riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governança. Além disso, estão no escopo de sua atuação questões relacionadas à diversidade, equidade e inclusão, bem como temáticas relacionadas a água e efluentes, economia circular, gestão de resíduos, mudanças climáticas, inovação, saúde e segurança no trabalho, cadeia de valor e *compliance*. Devido à sua função estratégica, auxilia o Conselho de Administração, com a finalidade de assessoramento, a fim de assegurar o aprofundamento das discussões e a qualidade das decisões, conforme organograma apresentado na Figura 1.

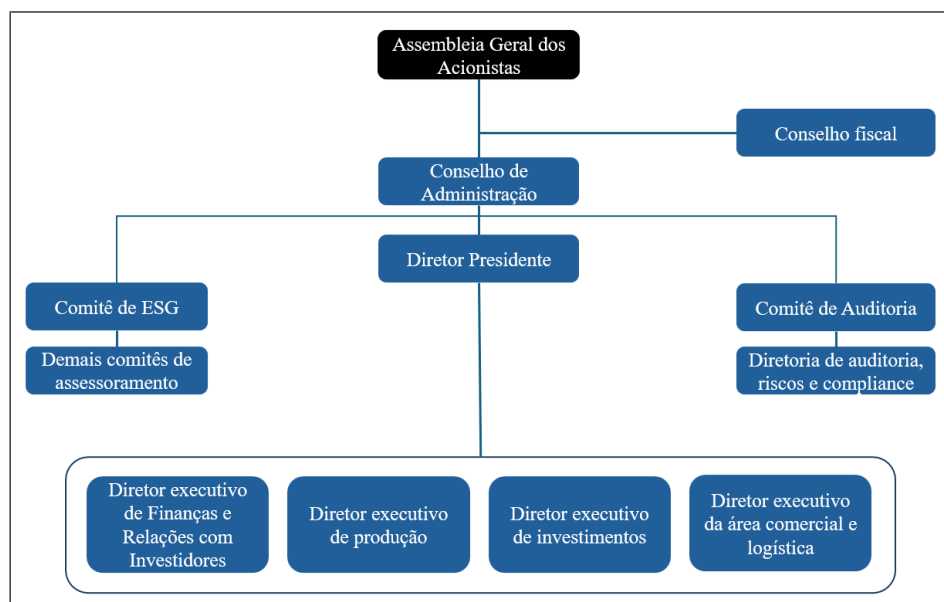


Figura 1. Organograma da Vital Indústria de Roupas e Acessórios.

O bom desempenho profissional de Samanta em suas diferentes ações, dentro e fora da Vital, figurou como seu principal “passaporte” rumo à posição atualmente exercida. Por certo, Samanta ocupa uma cadeira de destaque na reunião. Os recentes movimentos da Vital em fechar acordos comerciais internacionais que exigem práticas ESG, somados ao fato de que a remuneração por desempenho dos diretores é determinada conforme o atingimento das metas financeiras e não financeiras, inclusive ESG, jogam luz à sua atuação na companhia. Além disso, o diretor executivo de Finanças e Relações com Investidores destaca, durante sua fala, o objetivo de adoção antecipada às IFRS S1/CBPS 01 e IFRS S2/CBPS 02 para a produção do relatório anual da empresa de competência de 2024, divulgação em 2025, e a busca do alinhamento constante às normas GRI, e o Comitê ESG constitui peça-chave para o alcance dessa meta.

A reunião de hoje trata especificamente da atribuição da responsabilidade para revisão e aprimoramento do processo de seleção de fornecedores, em especial da avaliação e mensuração dos riscos relacionados às temáticas ambientais. Após os cumprimentos iniciais, Samanta chama a atenção ao indicar que:

“[...] antes de tudo, é preciso realizar um diagnóstico dos fornecedores das operações da Vital em 2023 e reconhecer os pontos que devem ser trabalhados a partir deste mapeamento para 2024 e anos seguintes. Nosso processo de internacionalização está intenso e precisamos ser organizados e estratégicos no mapeamento de nossas operações como um todo”, expondo dados referentes à cadeia de valor da empresa e das categorias de atividades do negócio (Figura 2).

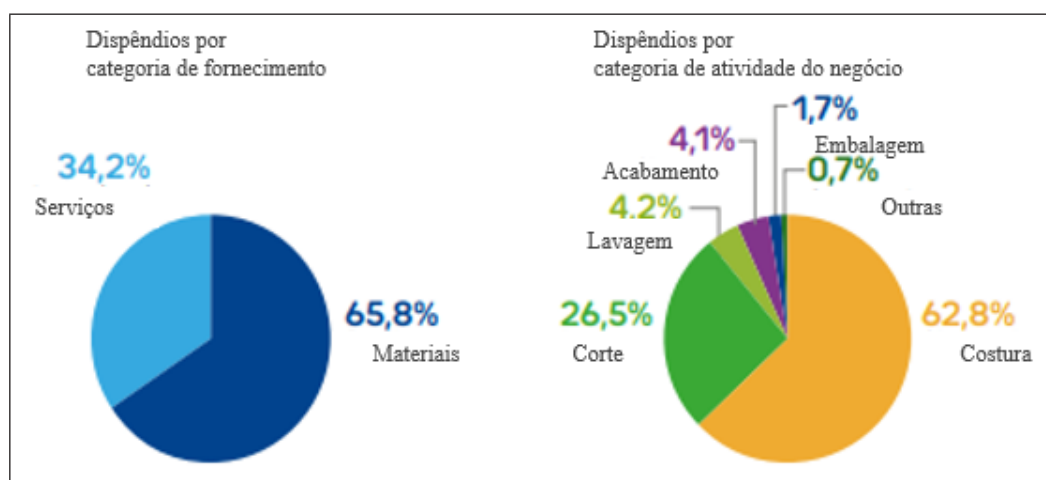


Figura 2. Dados da cadeia de valor e atividades do negócio em 2023

Sr. Ribeiro concorda:

“As preocupações pairam em especial nas atividades de corte, costura e lavagem que possuem um percentual elevado de terceirização da mão de obra junto às facções têxteis, e a lavagem, principalmente, pode causar danos ambientais irreparáveis. Contudo, fornecedores de matérias-primas não podem ser esquecidos. Na verdade, nada pode ser esquecido, não podemos correr o risco de perdermos nossos contratos, principalmente os internacionais, e estarmos envolvidos novamente em situações deploráveis, como as de 2012, que representem riscos para a continuidade do negócio”, recomendando um mapeamento e a proposição de mecanismos e critérios para a seleção dos fornecedores da empresa com foco em questões ambientais.

Vitor, diretor executivo de Finanças e Relações com Investidores, complementa:

“É necessário um esforço conjunto, pois as estratégias adotadas nesta etapa influenciarão o *report* dessas informações no relatório anual disponibilizado aos investidores e demais credores de capital, podendo impactar, inclusive, o custo de capital da empresa. Além disso, os clientes europeus já estão se movimentando para implementar a *due diligence* e irão requerer cada vez mais informações de nossos processos, nossa cadeia de valor e nossas certificações. Eles querem compreender os possíveis impactos negativos que nossa indústria poderá causar ao meio ambiente, e as práticas sustentáveis que adotamos para mitigar essas questões sensíveis. Sugiro um esforço conjunto do Comitê de ESG em definir mecanismos eficientes de seleção e acompanhamento dos fornecedores e meios para a elaboração de um relato destes mecanismos aos usuários da informação. Nosso processo de internacionalização depende disso. Obviamente que estamos concorrendo com fabricantes asiáticos, e o fator custo deve ser ponderado também”, finalizando sua fala.

O presidente olha para Samanta, indicando que é a sua vez de se manifestar:

“Para mim – inicia Samanta – precisamos, desde o começo, ter um pensamento ‘be-do-say’ (seja, faça e diga). Porque, se não formos ambientalmente responsáveis aqui dentro da empresa e com nossos parceiros, tudo que fizermos ou falarmos em relação aos fornecedores será falso e hipócrita. Isso envolve alocação de recursos e permanente vigilância e alinhamento com a cultura da empresa”.

Há um consentimento de todos em relação à relevância do tema. Samanta pondera que o esforço deve ser conjunto e permear os diferentes níveis e setores da organização, e recebe a responsabilidade de liderar essa frente de trabalho.

Os dados apresentados nesse encontro mostram que, no ano atual, a empresa planeja alocar R\$5 milhões em cursos de capacitação para a gestão hídrica dos fornecedores, visto que 90% são fornecedores nacionais e 60% estão em mesorregiões com risco elevado de estresse hídrico (Sul e Sudeste), associado a secas meteorológicas. Sabe-se que o não cumprimento da legislação ambiental e das restrições de uso da água pode afetar a reputação da indústria têxtil nessas regiões e implicar a responsabilização solidária da Vital. Caso a empresa tenha que alterar o fornecimento de sua cadeia de valor no longo prazo para fornecedores de outras regiões, é esperado um impacto de R\$2 milhões nos próximos 20 anos, em especial, pelo aumento dos custos logísticos e pela depreciação dos veículos de transporte.

A internacionalização da Vital maximizou a materialidade do tema de seleção e acompanhamento de fornecedores. Ao passar a operar com lojas próprias fora do Brasil, como em Lisboa, tornar-se S/A e ampliar suas ambições de expansão global, a companhia elevou o seu “custo de errar”. A pressão vinda dos clientes europeus faz com que a empresa tema o rompimento de contratos e o aumento do seu custo de capital por falhas no processo de estrutura e acompanhamento da cadeia de fornecedores. Portanto, a governança em relação aos fornecedores é essencial. A reunião é finalizada, sendo marcado novo encontro para dois meses depois, com intuito de apresentar os avanços do Comitê de ESG.

Samanta se retira da sala, e sua apreensão do início do dia é justificada: foi incumbida a ela a missão de estruturar um processo de seleção, acompanhamento e *report* da empresa, o qual é essencial para garantir o sucesso da companhia e suas ambições no mercado internacional. Portanto, a partir de agora, um dilema permeia seus pensamentos e a acompanhará pelas próximas semanas: *Afinal, quais os mecanismos de seleção, acompanhamento e report de fornecedores podem ser implementados na Vital Indústria de Roupas e Acessórios para avaliar os impactos ambientais de sua cadeia de fornecedores?*

O dilema pode ser respondido a partir das seguintes questões para discussão:

1. Quais mecanismos podem ser implementados em um processo com vistas à seleção de fornecedores que causem menos impactos ambientais?
2. Como acompanhar, de forma contínua, possíveis impactos ambientais causados pelos fornecedores?
3. Como prevenir e mitigar impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores da Vital?
4. Como apresentar o processo de seleção, acompanhamento e mitigação de riscos de fornecedores seguindo as normas GRI, em especial a GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores, mantendo-se alinhado às IFRS S1/CBPS 01 e IFRS S2/CBPS 02?

Indicações de leitura

- European Commission. (2024). Corporate sustainability due diligence: Fostering sustainable and responsible corporate behaviour for a just transition towards a sustainable economy. Recuperado de https://commission.europa.eu/business-economy-euro/doing-business-eu/sustainability-due-diligence-responsible-business/corporate-sustainability-due-diligence_en#which-companies-will-the-new-eu-rules-apply-to
- Global Sustainability Standards Board (GSSB). (2022). GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016. (2016). Recuperado de <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>
- International Sustainability Standards Board – ISSB. (2023). IFRS S1 – General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s1-general-requirements/>
- International Sustainability Standards Board – ISSB. (2023). IFRS S2 - Climate-related Disclosures. Recuperado de <https://www.ifrs.org/issued-standards/ifrs-sustainability-standards-navigator/ifrs-s2-climate-related-disclosures/>

5 Notas de Ensino

5.1 Fontes de dados

O contexto do caso de ensino foi estruturado cruzando diferentes fontes de dados e acontecimentos concretos. Em 2023, o Ministério Público do Trabalho resgatou mais de 500 trabalhadores em condições análogas à escravidão a partir da Operação Resgate III. Alguns desses trabalhadores exerciam atividades para empresas do ramo de costura. Antes disso, já haviam sido reportados casos semelhantes envolvendo as empresas Zara Brasil (2011), que culminou em um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) em 2017, e a Nike (1996). Trazer à tona esses acontecimentos permite aos estudantes refletirem sobre o *background* histórico do dilema, o que auxilia na compreensão das preocupações dos gestores no processo de adequação da indústria Vital. Além disso, o caso surgiu a partir de relatos informais de colaboradores de uma fábrica têxtil, que descreveram algumas situações vivenciadas no cotidiano.

Por outro lado, a necessidade de mapear, prevenir e mitigar os impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores abordados no caso advém, especialmente, das CRSD, IFRS S1/CBPS 01 e IFRS S2/CBPS 02, e da Corporate Sustainability Due Diligence Directive (CSDDD) adotada e publicada no Diário Oficial da União Europeia em 5 de julho de 2024. Com a exigência de que grandes empresas na União Europeia realizem *due diligence* sobre seus fornecedores, os clientes da Vital exercerão maior pressão sobre esta companhia, obrigando-a a aprimorar os seus processos internos e de seleção de seus fornecedores, a fim de apresentar informações fidedignas aos seus parceiros comerciais europeus, que estão obrigados a cumprir a CSDDD e que divulgam relatórios de sustentabilidade em consonância com as IFRS S1/CBPS 01 e IFRS S2/CBPS 02. Riscos para a continuidade do negócio podem ser gerados caso a Vital não se adeque ou não apresente tais informações.

5.2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) vinculados ao caso

Este estudo atende ao apelo global da Organização das Nações Unidas e auxilia a atingir os seguintes ODS (Tabela 1):

Tabela 1
ODS vinculadas ao Caso

Objetivo	Descrição	Metas
4 – Educação de Qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos	4.7
5 – Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas	5.5, 5.6
8 – Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos	8.4, 8.5, 8.7
10 – Redução das desigualdades	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países	10.4, 10.5
11 – Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis	11.6
12 – Consumo e produção sustentável	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis	12.2, 12.4, 12.5, 12.6 e 12.8
13 – Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos	13.2, 13.3 e 13.b
14 – Vida na água	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável	14.1 e 14.2
15 – Vida terrestre	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade	15.1, 15.2 e 15.3

Fonte: elaborado pelos autores.

5.3 Objetivos educacionais

O caso pode ser aplicado em diferentes cenários e disciplinas, com vistas à promoção de discussões diversas, visto que conduz a reflexões mais ampla sobre estratégias de negócios, modelo de negócios, governança corporativa, *due diligence*, gestão de riscos corporativos, processos internos, acordos formais, elaboração e divulgação de informações de sustentabilidade e normas de sustentabilidade, entre outros aspectos que permeiam a questão ambiental e de cadeia de valor.

Os objetivos educacionais deste caso de ensino foram definidos considerando o domínio cognitivo da Taxonomia de Bloom, sintetizados por Ferraz e Belhot (2010). Logo, não se limitam, mas podem ser sintetizados em:

- refletir sobre os impactos adversos, diretos e indiretos, que as ações da empresa geram sobre o meio ambiente – alinhado com as questões 1 e 3;
- definir critérios para a seleção de fornecedores, com vistas ao menor impacto ambiental – alinhado com as questões 1 e 3;
- propor métodos de monitoramento e avaliação contínua dos impactos ambientais da cadeia de valor, em especial, os fornecedores – alinhado com a questão 2;
- discutir as tratativas estabelecidas nos contratos firmados com os fornecedores, em termos de impactos ambientais – alinhado com a questão 2;

- e. alinhar os procedimentos de avaliação e monitoramento dos fornecedores com os padrões da Global Reporting Initiative (GRI), especialmente GRI 308 – alinhado com as questões 1, 2, 3 e 4; e
- f. atender aos requisitos das IFRS S1/CBPS 01 e IFRS S2/ CBPS 02 no relatório de sustentabilidade da empresa, no que tange à divulgação de informações envolvendo a cadeia de fornecedores – alinhado com a questão 4.

5.4 Alinhamento com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Ciências Contábeis

Este caso de ensino está alinhado com os seguintes elementos das DCNs do curso de graduação em Ciências Contábeis:

Tabela 2

Alinhamento com as DCNs

Atributos	• Aplicar o pensamento científico no desenvolvimento de suas atividades; • Atender às necessidades informacionais, financeiras e não financeiras, das partes interessadas; • Desenvolver concepção multidisciplinar e transdisciplinar em sua prática; • Reconhecer a importância das diversidades e de questões no âmbito social, ambiental e governança nos ambientes das entidades; • Ter visão sistêmica, holística e humanista; • Ser cooperativo, criativo, crítico, reflexivo, proativo, inovador e adaptável a mudança de cenários; • Agir com ética, considerando o código de ética e demais normas de conduta do contador; • Fazer uso das tecnologias da informação e comunicação para coleta, armazenamento e análise de dados e disponibilização de informações à tomada de decisão; e • Saber se comunicar de forma eficaz, de maneira escrita, verbal ou visual.
Competências	• Preparar, analisar e reportar informações, financeiras e não financeiras, relevantes e fidedignas; • Participar da formulação do planejamento estratégico e apoiar a gestão no processo de tomada de decisão; • Auditar informações financeiras e não financeiras e fornecer outros serviços de asseguarção; • Analisar a gestão de risco, o controle interno e outros mecanismos de governança; e • Compreender como a tecnologia da informação contribui para a análise de dados e para a geração de informação.
Habilidades Gerais	• Pesquisar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade, buscar e desenvolver soluções para organizar e interpretar os dados macroeconômicos e microeconômicos, a fim de resolver problemas; • Integrar os conhecimentos de Administração, da Economia, do Direito, das Tecnologias da Informação e de outras áreas relacionadas aos saberes das Ciências Contábeis para criar ou aprimorar, de forma inovadora, os modelos de negócio das entidades, considerando as dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais; • Utilizar os conhecimentos de matemática financeira, estatística, métodos quantitativos e qualitativos como ferramenta para geração e análise de informação, entre estas a execução do processo contábil, análise retrospectiva e preditiva, realização de trabalho de auditoria e asseguarção; • Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, o reconhecimento e proposição de mudanças no âmbito socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação aos interesses das partes; • Comunicar-se de forma eficaz, compartilhando ideias e conceitos de modo efetivo e apropriado à audiência e à situação, usando argumentação suportada por evidências.

Fonte: elaborado a partir da Resolução CNE/CES n.º 1, de 27 de março de 2024 (Brasil, 2024).

5.5 Delimitação e público-alvo

Devido à densidade dos conteúdos que envolvem a temática de sustentabilidade, optou-se pelo recorte da seleção da cadeia de fornecedores englobada pela cadeia de valor da Vital Indústria de Roupas e Acessórios. Sugere-se a aplicação do caso em turmas de cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis e Administração, especialmente em disciplinas que abordem a temática de ESG, como Contabilidade Ambiental, Tópicos Contemporâneos, Relatórios ESG, entre outras. O aprofundamento e a abrangência das discussões podem ser adaptados, a depender de aspectos como perfil da turma, tempo disponível, nível de formação, disciplina, *background* dos estudantes e objetivos do docente perante a discussão do tema.

A experiência dos autores com este caso consiste na aplicação na disciplina de Tópicos Contemporâneos de Contabilidade (4º ano). No 3º ano, os estudantes já haviam cursado a disciplina de Contabilidade Ambiental, que abordou, entre outros temas, as normas GRI. O caso foi aplicado em duas turmas em 2024, com a apresentação de *mood board* e posterior debate e, em 2025, com a construção de um modelo de *report* evidenciando o processo de seleção, acompanhamento, mitigação de riscos e impactos financeiros, a ser incluído no relatório anual da Vital, considerando a GRI 308 e as IFRS S1/CBPS 01 e IFRS S2/CBPS 02. Essas aplicações permitiram o aprimoramento da estrutura do caso.

5.6 Plano de aula

Sugere-se a aplicação do caso no decorrer de três aulas de 90 minutos cada.

5.6.1 Aula 1 – Explicação do tema

É preciso que os estudantes tenham contato prévio com a temática a ser abordada. Sugere-se que o docente realize uma explicação acerca da temática ESG e vincule as discussões com os processos internos da empresa e seus procedimentos de divulgação de informações pré-financeiras abordando as normas e diretrizes GRI, IFRS S1/ CBPS 01, IFRS S2/ CBPS 02 e CSDDD. É recomendável também abordar o Padrão SASB “*Apparel, Accessories & Footwear SASB Standard*”, que trata de tópicos e métricas de divulgação de sustentabilidade para o setor de vestuário, acessórios e calçados e pode servir de rumo para o atendimento da IFRS S1/CBPS 01 e da IFRS S2/CBPS 02. Os documentos relativos a essas normas podem ser encontrados de forma online e nas referências desse caso de ensino.

É importante que o docente mapeie o conhecimento prévio dos estudantes sobre a temática. Pode-se sugerir aos discentes que busquem informações sobre o processo de seleção de fornecedores nos relatórios de sustentabilidade de outras empresas e adapte ao caso em questão. Também podem ser realizadas entrevistas com profissionais da área e discussões em grupo para definir esses processos, além da leitura das normas e diretrizes citadas.

A explicação do docente sobre o tema, em conjunto com a interação dos estudantes, pode ser realizada na aula anterior à operacionalização do caso, com duração de aproximadamente 90 minutos. Recomenda-se que o docente reforce a importância dos aspectos de ESG a partir de legislação, textos de especialistas e notícias de casos reais que destaquem questões ambientais, em especial, as consequências climáticas. É comum alguns estudantes apresentarem resistência acerca do tema, por isso a necessidade de destacar que os aspectos ambientais se relacionam com riscos e oportunidades para a continuidade da empresa e causam reflexos financeiros em seus resultados. O distanciamento de uma discussão de cunho político-partidário acerca do tema é recomendado.

5.6.2 Aula 2 – Divisão dos grupos e operacionalização das soluções

Na aula seguinte, os grupos podem ser divididos, e a resolução do caso, iniciada. Acredita-se que grupos não superiores a 5 componentes possam ser mais adequados para uma discussão mais proveitosa acerca do tema. Nesta aula, os estudantes devem discutir possíveis impactos ambientais advindos dos fornecedores, mecanismos para a seleção e o monitoramento desses parceiros e a divulgação dessas informações. É recomendável que o docente solicite a revisão das anotações e discussões da aula anterior e a leitura prévia das legislações abordadas para tornar as discussões em sala mais proveitosa. Além disso, nessa aula, serão produzidos os materiais a serem utilizados na apresentação/no debate da Aula 3.

Sugere-se que o docente realize uma fala introdutória sobre o caso e esclareça dúvidas que possam surgir durante a leitura dos estudantes.

5.6.3 Aula 3 – Discussões das soluções

Por fim, na terceira aula, os resultados serão apresentados aos demais integrantes da turma, as discussões serão conduzidas pelo docente, e haverá um fechamento da temática. A apresentação pode ser feita a partir de diferentes metodologias ativas, tais como debate, uso do *Padlet* e gravação de vídeos. A metodologia adaptada do *mood board* tem se apresentado adequada para essa temática e pode ser sintetizada da seguinte forma (Tabela 3):

Tabela 3

Síntese do mood board

Conceito	É um quadro de referências visuais (cores, formas, cenários), que pode ser elaborado em um painel de papel para contextualizar uma determinada situação.
Etapas de construção	Etapa 1 Análise do tópico ou caso.
	Etapa 2 Planejamento do <i>mood board</i> com os termos que merecem atenção para exposição ou solução do caso.
	Etapa 3 Seleção dos recursos, das cores e dos materiais de apoio.
	Etapa 4 Colagem dos <i>post-its</i> e apresentação do tópico ou resolução do caso.
Vantagens	• Melhor compreensão do tópico trabalhado em sala de aula. • Compartilhamento de conhecimento entre os membros dos grupos. • Melhor diagnóstico de aprendizagem. • Desenvolvimento de habilidades criativas para resolver problemas em grupo.
Riscos na aplicação	• Dispersão do grupo. • Má compreensão das instruções do professor. • Controle do tempo inadequado para a elaboração e finalização da atividade.
Materiais necessários	Folhas A4 coloridas e recortadas em retângulos menores ou <i>post-its</i> . Flip-chart para ser colado os <i>post-its</i> (pode ser usado o próprio quadro ou as paredes da sala). Canetões. Cola ou fita adesiva.

Fonte: elaborado pelos autores.

Os materiais foram fornecidos pelo docente da disciplina. Caso o docente opte pelo uso de vídeos, o próprio *smartphone* do estudante pode ser utilizado nesta tarefa. Além disso, a plataforma Padlet também fornece acesso gratuito.

Na Figura 3, é apresentada uma galeria de fotos que permite visualizar a operacionalização do *mood board*.

Figura 3. Galeria de fotos – Exemplo de aplicação do *mood board*



Fonte: elaborada pelos autores.

Além da exposição, os grupos devem entregar suas respostas escritas ou digitadas ao docente para complemento da avaliação, em especial, da forma de *report* dessas informações no relatório de sustentabilidade da empresa.

O *mood board* foi aplicado à turma em 2024. Em uma nova aplicação do caso em 2025, a turma foi desafiada a apresentar as respostas das questões em um modelo de relatório sobre o processo de seleção, acompanhamento, mitigação de riscos e impactos financeiros, a ser incluído no relatório anual da Vital, considerando a GRI 308 e a conectividade das informações financeiras trazidas pela IFRS S1/CBPS 01 e pela IFRS S2/CBPS 02.

Sugere-se um tempo de 5 minutos para exposição dos materiais produzidos por cada equipe para que, em seguida, o tempo restante seja destinado às discussões guiadas pelo docente.

5.7 Versão acessibilidade e materiais disponibilizados

Foi elaborada uma versão audiovisual do caso com vistas à promoção da inclusão de estudantes com dificuldades auditivas, visuais, com transtorno de déficit de atenção ou qualquer outra condição em que a aplicação de um caso extenso e por escrito possa ser inadequada ou inaplicável. Priorizou-se o uso de animações gráficas geradas com o auxílio da inteligência artificial, inclusão de legendas e áudio, a fim de atingir o maior número de estudantes possível. Diferentes transições foram incluídas na versão de acessibilidade, buscando a atenção dos estudantes, visto que o tempo médio de atenção de uma pessoa para uma tela é de 47 segundos caso nenhuma transição ocorra (CNN Brasil, 2023).

Versão	Versão acessibilidade: versão em áudiovídeo e sintetizada.	Materiais: Normas, diretivas e padrões que embasaram o caso
Link	Acesse aqui	Acesse aqui
QR Code		

5.8 Discussões das questões

Após as discussões, o docente fará uma síntese das respostas dos grupos para cada questão e realizará os apontamentos que julgar pertinente. A seguir, apresenta-se uma síntese do que é esperado nas respostas dos grupos, bem como exemplificações de respostas elaboradas por estudantes a partir da aplicação já realizada pelos autores do caso na disciplina de Tópicos Contemporâneos de Contabilidade (4º ano). Cabe destacar que os discentes que tiveram contato com este caso também cursaram a disciplina de Contabilidade Ambiental (3º ano), na qual estudaram, entre outros tópicos, normas GRI.

1) Quais mecanismos podem ser implementados em um processo com vistas a seleção de fornecedores que causem menos impactos ambientais?

Espera-se que os grupos elenquem critérios para a seleção dos fornecedores. Esses critérios podem abordar temáticas incluídas em outras normas de GRI, quando se tratar de temáticas específicas, tais como GRI 302: Energia 2016, GRI 303: Água e efluentes 2018, GRI 305: Emissões 2016. Sabe-se que questões mais específicas podem esbarrar no fato da ausência de formação técnica para abordar esses temas, por isso é comum a proposição de mecanismos de controle mais gerais pelos estudantes. A apresentação dessas informações pode ser subdividida em Nível 1 e Nível 2, conforme normas Sasb.

Exemplificação de resposta fornecida pelos estudantes no modelo de relatório

A Jornada do Fornecedor Vital

Seleção com Propósito 🎯

Nosso processo inicia com uma triagem rigorosa, onde potenciais parceiros precisam demonstrar compromisso tangível com práticas sustentáveis. Um questionário de due diligence detalhado avalia não apenas conformidade ambiental exigindo também a apresentação de certidões negativas de débitos ambientais e licenças, relatórios ambientais, tudo a fim de confirmar as informações apresentadas. Avaliando também aspectos trabalhistas, como certidão negativas de débitos, comprovante de pagamento das verbas trabalhistas e tributos relacionados (como guia GFIP), laudo de segurança do trabalho). Atingir uma pontuação mínima de 80% nessa avaliação é requisito indispensável para aprovação. Acreditamos que valores compartilhados constroem relações mais sólidas.

Vigilância Ativa e Consequências Reais 🚨

A relação não termina na contratação. Estabelecemos um ciclo contínuo de verificação, com atualizações mensais de documentação e cláusulas contratuais que transferem responsabilidades ambientais aos fornecedores. O descumprimento acarreta suspensão de pagamentos, um mecanismo claro que reforça seriedade e compromisso.

Crescimento Compartilhado 🌱

Mas não apenas fiscalizamos, capacitamos. Investimos R\$ 5 milhões em programas de treinamento em gestão hídrica e eficiência energética, priorizando regiões de risco. Internamente, mantemos uma equipe especializada que orienta fornecedores e colaboradores, assegurando que a melhoria contínua seja uma jornada coletiva. Essas informações estão em maior nível de detalhes em nossas demonstrações financeiras, sobretudo, na "Nota Explicativa 7 - Despesas com Treinamentos".

Seleção, Monitoramento e Desenvolvimento!



2) Como acompanhar, de forma contínua, possíveis impactos ambientais causados pelos fornecedores?

Espera-se que os grupos realizem o delineamento de estratégias e ações para o monitoramento dos fornecedores. Isso pode incluir a execução de ações, como inspeções e diligências periódicas, e a análise de indicadores específicos. Por exemplo, na temática água, pode-se adotar indicadores de consumo de água, tratamento de água, estresse hídrico, reuso de água, entre outros (GRI 303: Água e Efluentes, 2018). Pode ser divulgada a quantidade de matérias-primas prioritárias adquiridas, por material, e a quantidade de cada matéria-prima prioritária certificada por um padrão ambiental ou social de terceiros, usando toneladas métricas como unidade de medida (SASB Apparel, Accessories & Footwear, 2023).

Exemplificação de resposta fornecida pelos estudantes

Medidas de Acompanhamento

Ciclo contínuo de melhoria da cadeia de suprimentos

```

graph TD
    A[Seleção de Fornecedores  
Avaliação de riscos ambientais (GRI 308-1)  
KPIs: emissões, consumo de recursos, resíduos] --> B[Contratação e Definição de Metas  
Estabelecimento de padrões mínimos e metas de melhoria ambiental]
    B --> C[Monitoramento Contínuo  
- Auditorias físicas e digitais  
- Questionários ESG anuais  
- Plataforma digital com alertas automáticos  
KPIs: emissões, consumo de recursos, resíduos]
    C --> D[Ação Corretiva e Capacitação  
- Plano de ação com prazos definidos  
- Treinamentos e apoio técnico  
- Incentivos à melhoria contínua]
    D --> E[Reporte e Transparência relativos a Riscos  
- Relatórios anuais ESG e integrados  
- Comunicação aos stakeholders  
- Atualização da estratégia corporativa]
    E --> A
        
```

O ciclo contínuo de melhoria da cadeia de suprimentos é um processo estratégico que integra práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) em todas as etapas da relação com fornecedores.

A jornada começa na seleção de fornecedores, por meio da avaliação de riscos ambientais (GRI 308-1) e definição de indicadores-chave de desempenho (KPIs), como emissões, consumo de recursos e geração de resíduos. Em seguida, avança para a contratação, onde são estabelecidos padrões mínimos e metas de melhoria ambiental.

A fase de monitoramento contínuo assegura a conformidade, utilizando auditorias, questionários anuais e plataformas digitais que geram alertas automáticos. Caso sejam identificadas falhas, são aplicadas ações corretivas e programas de capacitação, com apoio técnico e incentivos à melhoria contínua.

Na sequência, realiza-se a avaliação de impactos financeiros e riscos, alinhada aos padrões internacionais (IFRS S1/S2), garantindo que os riscos climáticos e oportunidades sejam incorporados à estratégia do negócio. Por fim, a etapa de reporte e transparência promove a comunicação com stakeholders por meio de relatórios anuais ESG e integrados, fortalecendo a credibilidade e a governança.

Este processo é cíclico e adaptativo, permitindo que a empresa evolua continuamente na gestão da sua cadeia de suprimentos, fortalecendo a sustentabilidade, reduzindo riscos e gerando valor de longo prazo para todos os envolvidos.

Desenvolvimento & Capacitação

A Vital Indústria de Roupas e Acessórios implementará um programa de capacitação e desenvolvimento voltado aos fornecedores, com ênfase em práticas de gestão ambiental. A iniciativa abrangerá treinamentos técnicos em uso racional da água, manejo de resíduos e eficiência operacional, visando promover conformidade regulatória, mitigação de riscos e alinhamento às melhores práticas de sustentabilidade na cadeia de valor.

85% dos fornecedores estratégicos da Vital foram capacitados em ao menos um programa de sustentabilidade em 2024, superando a meta anual de 80%.

Milhares de horas de participação em treinamentos sobre gestão hídrica e compliance foram registradas em 2024, com uma média de 12 horas de conteúdo consumido por fornecedor.

Para fortalecer a nossa cultura de sustentabilidade e responsabilidade, a Vital oferece um portfólio completo de programas de capacitação, com mais de 2.000 soluções de aprendizagem que cobrem temas estratégicos em diversos formatos. Entre os tópicos obrigatórios estão: LGPD, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Ética e Integridade, Segurança da Informação, Assédio e Qualidade no Relacionamento. Outros temas incluem:

- Sustentabilidade e Meio Ambiente: Gestão hídrica, resíduos sólidos e efluentes.
- Relações de Trabalho: Combate ao trabalho análogo à escravidão e garantia de relações justas.

Também mantemos programas específicos para a liderança e o Comitê de ESG, aprofundando o conhecimento em temas como as normas IFRS S1 e S2 e o relato de sustentabilidade (GRI).

Avaliação de Desempenho

Mantemos um processo estruturado de avaliação de desempenho de fornecedores, baseado em critérios ESG e alinhado à GRI 308 e às normas IFRS S1 e S2. Na homologação, os fornecedores são avaliados quanto à conformidade legal, licenciamento ambiental, gestão de recursos hídricos e resíduos, além de certificações reconhecidas. Posteriormente, passam por auditorias, autoavaliações e monitoramento de indicadores, permitindo identificar riscos e oportunidades de melhoria.

Quando são detectadas não conformidades, são aplicados planos de ação corretiva com acompanhamento do Comitê de ESG. Esse processo fortalece relações de longo prazo, reduz riscos reputacionais e garante transparência junto a clientes e investidores, consolidando a Vital como referência em responsabilidade ambiental e sustentabilidade na cadeia de suprimentos.

3) Como prevenir e mitigar impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores da Vital?

Tem-se como expectativa o *report* de ações de prevenção e de mitigação dos impactos das atividades dos fornecedores. Políticas ambientais das empresas, projetos para a minimização dos impactos ambientais, uso de crédito de carbono, investimentos em inovação tecnológica, revisão e redesenho de processos são alguns dos inúmeros exemplos que podem ser citados.

Exemplificação de resposta fornecida pelos estudantes

A prevenção e a mitigação de impactos ambientais negativos da cadeia de fornecedores da Vital podem ser feitas a partir de ações que incluem:

- Consultoria de empresa especializada na gestão ambiental empresarial: a Vital poderia trabalhar em conjunto com consultorias e auditorias de gestão ambiental, garantindo que todos os parceiros estejam de acordo com nossas diretrizes.
- Desenvolvimento de políticas e diretrizes ambientais: desenvolver políticas e diretrizes ambientais que orientem as ações de seus fornecedores.
- Índice de desenvolvimento de políticas e diretrizes ambientais: a partir das políticas e critérios preestabelecidos, os fornecedores parceiros devem obter um desempenho mínimo (por exemplo, acima de 70%), para permanecer na cadeia de valor da Vital Indústria de Roupas e Acessórios S/A. É oportuno oferecer um prazo para correção dos processos internos dos fornecedores.
- Fornecimento de treinamento e capacitação: fornecimento de treinamento e capacitação para seus fornecedores sobre práticas ambientais sustentáveis.
- Monitoramento e fiscalização: o desempenho ambiental dos fornecedores é imprescindível para mitigar os riscos; logo, o monitoramento e a fiscalização devem ser periódicos.

4) Como apresentar o processo de seleção e acompanhamento de fornecedores seguindo as normas GRI, em especial a GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores, mantendo-se alinhado às IFRS S1/CBPS 01 e IFRS S2/ CBPS 02? Apresentar um modelo de reporte dessas informações, a ser incluído no relatório anual da Vital.

Espera-se que o estudante visualize o alinhamento entre as IFRS e a GRI. As normas GRI fornecem bases para aplicação de *standards* por meio de seus requisitos, recomendações e orientações. Essas normas de sustentabilidade ensinam o mapeamento de riscos e oportunidades da Vital, vinculadas com os aspectos financeiros.

Exemplificação de resposta fornecida pelos estudantes

MODELO DE REPORT

OBJETIVOS E ALCANCE

Nós, **Vital Indústria de Roupas e Acessórios S/A**, divulgamos informações sobre o processo de seleção e acompanhamento de fornecedores, com o objetivo de informar os *stakeholders* sobre as práticas da empresa em relação à sustentabilidade. O alcance do reporte inclui informações sobre os fornecedores, incluindo os de matérias-primas e serviços. Buscamos também o compromisso de minimizar nossos impactos negativos sobre as mudanças climáticas e contribuir com a transição para um novo modelo de desenvolvimento, baseado em uma economia de baixo carbono.

MECANISMOS E CRITÉRIOS UTILIZADOS PARA SELEÇÃO DE FORNECEDORES

A **Vital Indústria de Roupas e Acessórios S/A** utiliza os seguintes mecanismos e critérios para selecionar fornecedores com base em critérios ambientais:

- Análise de relatórios ambientais: avalia-se os relatórios ambientais divulgados pelos fornecedores.
- Auditorias ambientais: são realizadas de maneira recorrente para garantir a sinergia e o comprometimento ambiental da instituição.
- Questionário de fornecedores: são enviados questionários aos fornecedores para coletar informações sobre suas políticas e práticas ambientais.
- Utilização de indicadores de desempenho ambiental: os indicadores de desempenho ambiental são utilizados para avaliar o desempenho ambiental dos fornecedores. Esses indicadores incluem a redução de resíduos, a redução de emissões de gases de efeito estufa, o consumo de água e energia.
- Código de Conduta para Fornecedores: o código de conduta é o conjunto de regras definidas para orientar e disciplinar a conduta dos fornecedores, de acordo com nossos princípios. O documento visa esclarecer as diretrizes que conduzem as relações comerciais, abrangendo todos os temas importantes para a companhia e reforçando o posicionamento da empresa sobre ética e transparência.

RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES AMBIENTAIS

A **Vital Indústria de Roupas e Acessórios S/A** avaliou os fornecedores com base nos seguintes critérios ambientais:

- Gestão de resíduos: avalia o desempenho dos fornecedores na gestão de resíduos.
- Emissões de gases de efeito estufa: avalia o desempenho dos fornecedores nas emissões de gases de efeito estufa a partir do GHG Protocol.
- Consumo de água e energia: avalia o desempenho dos fornecedores no consumo de água e energia.

GRI Divulgação 308-1 – Novos fornecedores que foram selecionados usando critérios ambientais: a organização de relatórios deve informar a porcentagem de novos fornecedores que foram selecionados usando critérios ambientais. Em 2022, avaliamos 1.400 (100%) atuais e candidatos a novos fornecedores; 65,8% da base é de fornecimento de matéria-prima de acordo com critérios ambientais e sociais, e foram homologados 921 parceiros aptos a fornecer insumos para a Vital. As parcerias de serviços também passaram por avaliação, incluindo 700 fornecedores, das quais 239 (34,2%) foram homologadas.

20X2	
Seleção Fornecedores - Critérios Ambientais	Nº. de Fornecedores
Total fornecedores analisados	2100
Total selecionado	1161
Percentual de novos fornecedores selecionados	55%

GRI Divulgação 308-2 Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecimento e ações tomada. Itens abrangidos:

Fornecedores com impactos ambientais negativos potenciais e reais GRI 308-2	20X2
Fornecedores com impactos ambientais negativos potenciais e reais	120
Nº de fornecedores avaliados em impactos ambientais	120
Nº de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos	80
Impactos ambientais negativos significativos – reais e potenciais – identificados na cadeia de fornecedores	Desmatamento; Poluição lençóis freáticos; Não utilização de Energia Renovável.
Nº de fornecedores identificados como causadores de impactos ambientais negativos significativos – reais e potenciais – com os quais foram acordadas melhorias como decorrência da avaliação realizada	75
Nº de fornecedores identificados como tendo impactos ambientais negativos significativos – reais e potenciais – com os quais as relações foram encerradas como resultado da avaliação*	5

AÇÕES DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS

A **Vital Indústria de Roupas e Acessórios S/A** implementou as seguintes ações de prevenção e mitigação de impactos ambientais para reduzir os riscos ambientais associados aos fornecedores:

- **Treinamento e capacitação para fornecedores:** a Vital oferece treinamento e capacitação para fornecedores sobre práticas ambientais sustentáveis.
- **Incentivos aos fornecedores:** a Vital oferece incentivos aos fornecedores que adotam práticas ambientais sustentáveis; entre eles, vantagens na precificação e prioridade no fornecimento de materiais e serviços.
- **Monitoramento e fiscalização:** o desempenho ambiental dos fornecedores é imprescindível para mitigar os riscos. Portanto, a empresa conta com um sistema de monitoramento de indicadores, realiza visitas *in loco* e exige certificações relacionadas a temáticas ambientais.
- **Consultoria de empresa especializada na gestão ambiental empresarial:** a Vital trabalha em conjunto com uma consultoria especializada em gestão ambiental, garantindo que todos os parceiros estejam de acordo com nossas diretrizes.
- **Resultados das avaliações ambientais:** a Vital divulga os resultados das avaliações ambientais realizadas nos fornecedores, indicando o percentual de desligamento, motivações e/ou ações corretivas.

A **Vital Indústria de Roupas e Acessórios S/A** busca assegurar a implantação de ações de gestão das emissões de GEE, identificar e avaliar a vulnerabilidade dos negócios perante as mudanças climáticas, dar prioridade a projetos de energia renovável e atuar no fomento a estudos, pesquisa e inovação. Com base nesses objetivos, o **Comitê de ESG** (ambiental, social e governança) reforça suas ações.

« 9 »

Geração de Valor

Relacionamento c/ Fornecedores

Financeiro

Gestão de Riscos

Relatório Integrado 2025

Financeiro

1. Investimento em capacitação hídrica (R\$ 5 milhões em 2025)

Esse desembolso representa um custo imediato, mas que deve ser reconhecido como CAPEX estratégico em sustentabilidade sob a ótica do CBPS 01, uma vez que promove a continuidade da cadeia de valor e reduz riscos de interrupção operacional. O treinamento em gestão hídrica dos fornecedores atende às exigências de gestão de riscos e resiliência climática (CBPS 02, itens 13 a 22), considerando que 60% dos parceiros estão em regiões de estresse hídrico. Trata-se, portanto, de um gasto preventivo que evita passivos futuros relacionados à escassez de água e sanções regulatórias. Os valores referentes aos custos com capacitação para gestão hídrica dos fornecedores podem ser encontrados descritos na Demonstração do Resultado do Exercício.

2. Impactos de longo prazo com logística (R\$ 2 milhões em 20 anos)

Caso a empresa precise migrar parte de sua cadeia para outras regiões menos expostas ao risco hídrico, o aumento nos custos logísticos estimado em R\$ 2 milhões deve ser tratado como cenário de risco físico e de transição climática (CBPS 02, itens 10 a 12 e 15 a 21). Embora diluído em duas décadas, esse valor representa custos recorrentes com transporte, depreciação de frota e emissões adicionais de GEE (Escopos 1 e 3). A norma exige que tais impactos sejam considerados em análises de planejamento estratégico e financeiros e divulgados como riscos materiais de médio e longo prazo. Os valores referentes ao possível aumento de gastos com logística e depreciação de veículos, em um primeiro momento, podem ser encontrados com descrição mais aprofundada nas Notas Explicativas.

3. Custos ocultos e necessidade de provisões

Gastos com auditorias ambientais e climáticas (descritos na Demonstração do Resultado do Exercício);

Gastos com investimentos em inovação tecnológica para redução de consumo hídrico em lavanderias terceirizadas (encontrados na Demonstração do Resultado do Exercício);

Provisões para contingências em caso de descumprimento da legislação ambiental (encontradas no Balanço Patrimonial).

Balanço Patrimonial (em Milhões)

Ativo CirculanteR\$ 70

Ativo não CirculanteR\$ 60

Passivo CirculanteR\$ 20

Passivo não CirculanteR\$ 30

Patrimônio LíquidoR\$ 80

Demonstração do Resultado do Exercício (em Milhões)

Receita LíquidaR\$ 100

Custo dos Produtos Vendidos(R\$ 50)

Despesas Operacionais(R\$ 40)

Outras Receitas e DespesasR\$ 10

Resultado do ExercícioR\$ 20

« 10 »

Geração de Valor

Relacionamento c/ Fornecedores

Financeiro

Gestão de Riscos

Relatório Integrado 2025

Referências

Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS). (2010). O que a Nike aprendeu com o escândalo. Recuperado de <https://www.abras.com.br/clipping/sustentabilidade/16825/o-que-a-nike-aprendeu-com-o-escandalo>

Brasil. (2024). Ministério da Educação – Resolução CNE/CES n.º 1, de 27 de março de 2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=257031-rces001-24&category_slug=marco-2024&Itemid=30192

Carta Capital. (2021). Trabalho Escravo na Indústria da Moda em São Paulo. Recuperado de <https://www.cartacapital.com.br/blogs/fashion-revolution/trabalho-escravo-na-industria-da-moda-em-sao-paulo/>

- CNN Brasil. (2023). Estudo mostra como não ter atenção desviada das tarefas e manter o foco. Recuperado de <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/estudo-mostra-como-nao-ter-atencao-desviada-das-tarefas-e-manter-o-foco/>
- Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). (2022). Relato Integrado 2022. Recuperado de <https://www.csn.com.br/quem-somos/sustentabilidade/relatorios-2020/>
- Council of the European Union. (2022). Proposal for a DIRECTIVE OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL on Corporate Sustainability Due Diligence and amending Directive (EU) 2019/1937. Recuperado de <https://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-15024-2022-REV-1/en/pdf>
- Estadão. (2017). Termo de Ajuste de Conduta 21/2017 – Zara e Ministério Público do Trabalho. https://www.estadao.com.br/blogs/blog/wp-content/uploads/sites/41/2017/05/MPT-SP_TAC-Zara_21-2017.pdf
- Exame. (2014). Como a Nike está lutando contra o uso de mão de obra escrava. Recuperado de <https://exame.com/negocios/como-a-nike-esta-lutando-contr-o-uso-de-mao-de-obra-escrava/>
- Ferraz, A. P. D. C. M., & Belhot, R. V. (2010). Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. *Gestão & produção*, 17, 421-431.
- Global Sustainability Standards Board (GSSB). (2022). GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores 2016. (2016). Recuperado de <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>
- International Sustainability Standards Board – ISSB. (2023). IFRS S1 - General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information.
- International Sustainability Standards Board – ISSB. (2023). IFRS S2 - Climate-related Disclosures.
- Ministério do Trabalho. (2023). Operação Resgate III retira mais de 500 trabalhadores de condição análoga à escravidão. Recuperado de <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/setembro/operacao-resgate-iii-retira-mais-de-500-trabalhadores-de-condicao-analoga-a-escravidao>
- Ministério Público do Trabalho em São Paulo. (2017). Termo de Ajuste de Conduta entre MPT e Zara amplia responsabilidade em cadeia produtiva da marca. Recuperado de <https://www.prt2.mpt.mp.br/453-termo-de-ajuste-de-condita-entre-mpt-e-zara-amplia-responsabilidade-em-cadeia-produtiva-da-marca>
- Repórter Brasil. (2012). As marcas da moda flagradas com trabalho escravo. Recuperado de <https://reporterbrasil.org.br/2012/07/especial-flagrantes-de-trabalho-escravo-na-industria-textil-no-brasil/>
- Sustainability Accounting Standard (SASB). (2023). Apparel, Accessories & Footwear SASB Standard. Recuperado de <https://sasb.ifrs.org/standards/download/>